

# Políticas públicas de alimentação e nutrição: inserção da sustentabilidade

Texto: Paloma Borges de Oliveira, nutricionista e pós-graduada em Gestão da Qualidade - Instituto Racine  
Revisão: Aline Martins de Carvalho, doutora em Saúde Pública - FSP/USP

O 3º encontro do Ciclo de Palestras teve como tema o “Cenário político brasileiro: alimentação e sustentabilidade em pauta”, no qual foram apresentadas políticas e programas voltados à alimentação e nutrição e que apresentam uma interface voltada à sustentabilidade.

A sustentabilidade é um tópico que vem sendo tratado no mundo todo. A Organização das Nações Unidas lançou em 2015 os Objetivos do Desenvolvimento Sustentável (ODS), que são 17 metas para a ação global com o objetivo de preservação ambiental do planeta, fim da pobreza, paz e justiça. Podemos dizer que os ODS são um reflexo de mudanças sociais e econômicas vivenciadas nos últimos anos e requerem a concordância e o trabalho de todos. Alguns objetivos são relacionados com a alimentação, como o segundo ODS, que fala especificamente sobre acabar com a fome, alcançar a segurança alimentar e a melhora da nutrição e promover a agricultura sustentável. Já o ODS 11 possui metas para promoção de cidades e comunidades sustentáveis, e o ODS 12 para consumo e produção responsáveis.

O Brasil tem algumas políticas que conversam com o tema de sustentabilidade e com os ODS.

Um dos exemplos mais recentes é o Guia Alimentar para a População Brasileira de 2014. Esse é um documento importante para a elaboração de políticas públicas, pois apresenta os princípios para a realização de recomendações alimentares saudáveis e sustentáveis. Um desses princípios é que uma alimentação saudável é promovida dentro de um sistema alimentar socialmente justo e ambientalmente sustentável. Assim, o modo de produção dos alimentos e a forma de distribuição são decisivos para uma alimentação saudável e sustentável.

## OBJETIVOS DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL



O Guia orienta que para alcançar uma alimentação adequada é fundamental consumirmos predominantemente alimentos in natura e minimamente processados, principalmente de origem vegetal; limitar o consumo de alimentos processados; e evitar o consumo de ultraprocessados.



Imagem: Montagem no Canva por Daniela H. Oyafuso - Equipe Sustentável.

Além do Guia, o Brasil possui outras políticas públicas e programas para estimular a alimentação sustentável como, por exemplo, a Lei Orgânica de Segurança Alimentar e Nutricional (LOSAN) de setembro de 2006, que criou o Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (SISAN), com vistas a assegurar o Direito Humano à Alimentação Adequada. Além disso, em 2010, houve a alteração da Constituição Federal, que inseriu, entre os direitos sociais, o direito humano à alimentação adequada. A alimentação adequada tem o princípio de abrigo da fome e o princípio de promover um ambiente para as pessoas alcançarem uma alimentação saudável.

Um outro exemplo de promoção ao Direito Humano à Alimentação Adequada e alimentação sustentável foi assunto da segunda palestra do encontro, com o tema “O Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) e ações sustentáveis em curso - Experiência da Prefeitura de São Paulo”. O PNAE é um exemplo de política pública que promove alimentação sustentável e saudável por

meio de vários programas. Um dos mais importantes é a compra de alimentos de agricultores familiares e pequenos empreendedores rurais, o que contribui com o aumento do acesso a frutas, verduras e legumes pelos alunos, incentivo à produção de alimentos locais, manutenção de agricultores familiares e pequenos empreendedores rurais no campo, e incentivo à economia local. Além disso, o Programa de Alimentação Escolar da Prefeitura de São Paulo também destina verba exclusiva para compra de alimentos orgânicos e incentiva a formação de hortas nas escolas.



Horta na Escola Municipal de Educação Infantil (MEI) Epitácio Pessoa, na zona leste.

Além do PNAE, equipamentos públicos como bancos de alimentos vêm sendo incentivados desde os anos 2000, contribuindo para sustentabilidade na alimentação e na cadeia de produção e distribuição de alimentos. Esse foi o tema da terceira palestra, cujo o tema foi “Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) - Uma política em combate ao desperdício - Experiência do Banco de Alimentos da Prefeitura de São Paulo”. Os Bancos de Alimentos são uma iniciativa de abastecimento que visa combater a fome e a insegurança alimentar por meio da arrecadação e doação de alimentos





Imagem/Foto: Google Imagens

Banco de Alimentos - CRESAN Vila Maria

que seriam desperdiçados ao longo da cadeia produtiva. Eles atuam em parceria com produtores, distribuidores e comerciantes que doam alimentos fora dos padrões de comercialização, mas que mantêm suas propriedades nutricionais inalteradas. O banco de alimentos, após seleção dos alimentos, os distribui gratuitamente às entidades de proteção e promoção social de forma gratuita. O PAA é um programa pelo qual órgãos públicos, como os bancos de alimentos, podem adquirir alimentos diretamente dos agricultores familiares, sem licitação, para o atendimento de populações em situação de insegurança alimentar e nutricional.

## Veja mais sobre as palestrantes do 3º encontro do Ciclo de Palestras - "Cenário Político Brasileiro: Alimentação e Sustentabilidade em Pauta"



Patrícia Constante Jaime é professora associada do Departamento de Nutrição da FSP/USP. Possui mestrado e doutorado em Saúde Pública pela FSP/USP e pós-doutorado pelo NUPENS/USP e pela London School of Hygiene & Tropical Medicine. Tem experiência em gestão, ensino e pesquisa em programas e políticas de alimentação e nutrição, ambiente alimentar, promoção da alimentação saudável e nutrição na atenção primária em saúde.



Livia da Cruz Esperança é nutricionista da Coordenadoria de Alimentação Escolar da Prefeitura Municipal de São Paulo e trabalha no Núcleo de Agroecologia e Agricultura Familiar com as políticas públicas de compra desses alimentos para o Programa de Alimentação Escolar do município.



Luiza Araújo é nutricionista graduada pela Faculdade de Medicina do ABC. Atuou como nutricionista coordenadora do Banco de Alimentos da Prefeitura de São Paulo e gestora do Centro de Referência em Segurança Alimentar e Nutricional (CRESAN - Vila Maria). Atuou durante a vigência do Programa de Aquisição de Alimentos (PAA).